

## ACTA N.º 25

### **REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 06 DE DEZEMBRO DE 2007:**-----

----- No dia seis de Dezembro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques. -----

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 40 minutos, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

1) O Senhor Vereador João Pires interveio para, a propósito da inauguração, no próximo fim de semana, dos Campos de Ténis da Mealhada, solicitar um esclarecimento sobre uma afirmação feita pelo Senhor Vereador António Franco, de acordo com a qual só iria usufruir dos campos quem já fosse praticante. -----

O Senhor Vereador António Franco disse que essa afirmação foi feita na sequência de uma pergunta que lhe fizeram, sobre se a Câmara Municipal iria criar uma Escola de Ténis. Disse que a sua resposta foi negativa, pois a Câmara Municipal não tem a intenção de concorrer com associações como o Luso Ténis Clube. Acrescentou que, quem estiver interessado em aprender a modalidade terá que recorrer ao Luso Ténis Clube e ainda que qualquer pessoa pode utilizar o espaço, desde que tenha raquetes e bolas. -----

-----  
O Senhor Vereador João Pires disse ter ficado esclarecido. -----

2) O Senhor Vereador Breda Marques interveio para comentar uma afirmação do Senhor Presidente na qual foi usada uma linguagem com a qual disse não se identificar, e que passou a citar: “Os Vereadores do PSD, concretamente o Vereador Breda Marques anda na política por passatempo”. Disse achar estas afirmações do Senhor Presidente, de mau tom, para quem exerce as funções de forma séria, dedicando muito tempo ao Concelho e à vida autárquica. -----

O Senhor Presidente disse que se o Senhor Vereador ia comentar as suas afirmações, teria de se pronunciar sobre as afirmações que o mesmo proferiu sobre a sua pessoa.

O Senhor Vereador Calhoa Morais tomou a palavra para referir que o Senhor Vereador Breda Marques acusou o Executivo de “incapacidade”, e como ninguém gosta de ler esse tipo de afirmações sobre a sua actuação, é natural que tenha resultado num sentimento de indignação. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir, para referir que o Senhor Vereador Breda Marques permite que se façam insinuações em “blogs” de que é administrador, e por isso tem muita responsabilidade em provocações que são feitas e que são atentatórias da sua honra e dignidade, e para mais sob a capa do anonimato. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que não publica certas coisas que são ditas, porque considera que não o deve fazer. -----

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR.** -----A  
*Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 24), após se ter procedido à sua leitura.* -----

## **2. REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2.** -----

A Câmara Municipal apreciou a Revisão Orçamental n.º 2, bem como a Informação n.º 10/DF/2007, da Senhora Chefe da Divisão Financeira, que a seguir se transcreve: -----

-----INFORMAÇÃO n.º10/DF/2007 - Revisão Orçamental n.º 2-----

De acordo com o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – o Orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações. -----

Uma das contrapartidas da revisão orçamental é a utilização do saldo apurado na gerência anterior. -----

A 2ª Revisão Orçamental do ano de 2007, tem por finalidade única a inclusão do remanescente do saldo de gerência do ano anterior, o que constituindo uma regra de boa gestão orçamental, permite ainda fazer face às exigências colocadas à actividade autárquica, dada a escassez de recursos necessários à prossecução dos fins públicos. -----

Não obstante esta inserção do remanescente do saldo de gerência ir implicar um aumento do orçamento da receita, tal circunstância não contraria o princípio orçamental do equilíbrio previsto no ponto 3.1.1. das considerações técnicas do POCAL, cujo texto a seguir se transcreve: -----

“ O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. -----

Ora, do texto legal conclui-se que, para além das receitas correntes terem que ser pelo menos iguais às despesas correntes, a receita total tem de ser igual ou superior à despesa total do orçamento. -----

Estão assim, na presente revisão orçamental, cumpridos todos os princípios e normas legais aplicáveis, pelo que a mesma poderá ser objecto de aprovação superior. -----

À consideração superior. -----

Mealhada, 30 de Novembro de 2007 -----

A Chefe da Divisão Financeira (Carla Cristina Pires Alves Amaro) -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão Orçamental n.º 2 e remeter o assunto para apreciação pela Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto no art.º 53º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----*

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----***3.**

**ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2008.** -----

A Câmara Municipal analisou o Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2008, cuja Nota Introdutória a seguir se transcreve: -----

**-----ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO 2008-----**

**-----Nota Introdutória-----**

O presente documento define a arquitectura da estratégia de desenvolvimento que o executivo traçou para os próximos anos. -----

O Orçamento e Opções do Plano 2008 apresenta os principais pilares que sustentarão o desenvolvimento integrado do concelho, quer numa perspectiva interna de aposta na coesão económica e social,

intensificando o investimento em prol da melhoria e aumento da qualidade de vida da sua população, quer numa perspectiva de articulação com os objectivos do Programa Operacional do Centro onde pretendemos assumir um papel de destaque, respondendo assim, de forma activa e dinâmica aos desafios e orientações do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. -----

Neste contexto de grande mudança e numa fase em que se ultima o *modus operandi* quer do Programa Operacional do Centro quer dos Programas Operacionais Temáticos do QREN, este OOP2008 não é mais do que o esboço daquilo que se pretende concretizar no futuro, condicionado pela definição das fontes de financiamento dos projectos estratégicos planeados para o concelho. -----

*Considerando que*, o concelho da Mealhada soube aproveitar de forma estruturada e sustentada os apoios estruturais comunitários; *que se soube dotar de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento articulado e equilibrado promotoras de qualidade de vida da população; que estamos perante um concelho cujo capital humano reúne todas as condições para assumir compromissos e responder dinamicamente aos desafios do futuro; que estão definidos os eixos alavancadores do desenvolvimento do concelho e que está definida a posição do concelho em termos de organização regional;* -----

As Opções do Plano propostas são: -----

◆ *Promover o desenvolvimento económico do concelho* – estimular a qualificação do tecido produtivo através da aposta na inovação, no desenvolvimento tecnológico, no estímulo ao empreendedorismo, na melhoria das condições que envolvem a actividade empresarial; fazendo emergir as áreas em que o concelho apresenta maiores vantagens comparativas, nomeadamente a Logística, o Desporto e o cluster do Turismo, Saúde e Bem-Estar; -----

◆ *Promover as qualificações escolares e profissionais da população, o emprego e a inclusão social* através do investimento na qualidade do Ensino, Educação e Formação e da aposta em projectos que promovam a valorização da igualdade de oportunidades e assim, sustentem a base de uma sociedade mais capaz e mais justa; -----

◆ *Promover a valorização do concelho*, dotando-o de melhores condições de atractividade para o investimento empresarial e de condições de vida para a população, através do reforço das acessibilidades, da mobilidade e da conectividade regional, da Protecção e Valorização do Ambiente, do Investimento em infraestruturas e equipamentos de Apoio à Coesão Económica, Social, Cultural e Desportiva; -----

◆ *Orientar a acção da autarquia na promoção do Bem-Estar Social e Cultural* através da dinamização de acções integradas e articuladas nos diferentes espaços e com todos os promotores do desenvolvimento social e cultural; -----

♦ *Continuar e reforçar o apoio às Associações Culturais e Desportivas* na sua actividade, contribuindo para a dinamização cultural e desportiva de todas as freguesias do concelho e criar condições para a implementação da estratégia cultural municipal; -----

♦ *Intensificar o apoio às Associações Juvenis*, estimulando a intervenção dinâmica e activa da população mais jovem na orientação estratégica do futuro do concelho; -----

Neste sentido, trata-se de um orçamento de início de um novo ciclo, cuja operacionalização se começa a definir. -----

Assim, seguindo o princípio do rigor, da objectividade e da honestidade, o OOP2008 está dotado das rubricas necessárias à realização dos objectivos estratégicos e ao cumprimento dos compromissos assumidos, mas caracteriza-se por ser um orçamento em construção, cuja dotação real será concretizada através das revisões orçamentais que necessariamente terão que ser apresentadas. -----

Mealhada, 3 de Dezembro de 2007 -----

O Presidente da Câmara, (Carlos Alberto da Costa Cabral) -----

O Senhor Presidente referiu que se começou a elaborar o Orçamento a partir das receitas, como mandam as boas regras da elaboração orçamental e não o contrário. É um orçamento extremamente rigoroso, ainda mais do que o do ano passado, dado o facto de haver diminuição de receitas previstas. -----

A Senhora Vice-Presidente reafirmou, aproveitando as palavras do Senhor Presidente, que o Orçamento foi feito com rigor, desconhecendo ainda as regras do novo Quadro Comunitário - QREN, mercê das exigências do POCAL, só é permitido dotar as rubricas com candidaturas já aprovadas. O Executivo está apostado em prosseguir, apostado em cumprir a sua estratégia definida desde há seis anos a esta parte e mais do que um grande relatório, os números mostram os valores dos investimentos. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir, para referir que cerca de metade das receitas correntes são aplicadas em despesas de investimento, também de acordo com as boas normas de elaboração orçamental. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que esperava, obviamente melhores explicações sobre o Orçamento e sobre aquilo que se pretende fazer no próximo ano. Aquando da análise do Orçamento do ano passado, os Vereadores do PSD solicitaram que o assunto fosse analisado numa reunião só para esse fim, e não numa reunião que

tivesse uma agenda de trabalhos muito extensa, como aconteceu agora, que tem 14 pontos. Isso permitiria dar um contributo para o Orçamento, delinear algumas ideias. Disse ainda que o Senhor Presidente ficou de agendar um encontro para preparação do Orçamento, conforme o Estatuto da Oposição, o que os Vereadores do PSD defendem há alguns anos, porque fazem parte do Executivo, e para evitar que só conheçam o documento no próprio dia em que o assunto é apreciado. Foram enviadas algumas cartas aos partidos políticos, mas não houve o cuidado de as enviar com aviso de recepção. ----

-----  
O Senhor Presidente disse que as cartas aos partidos políticos da Oposição foram enviadas com aviso de recepção, incluindo ao PSD, mas o PSD faltou à reunião programada para 9 de Novembro às 9 horas e 30 minutos. O PCP teve a reunião marcada para o mesmo dia às 14 horas e 30 minutos e esteve presente. -----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo que a Nota Introdutória do Orçamento, composta por três páginas, repete as mesmas frases da nota introdutória apresentada no ano passado, onde se referia que se encerrava um ciclo, e que a deste ano refere se está a iniciar um novo ciclo, mas com as mesmas frases. O Orçamento apresentado é um orçamento pobre. -----

O Senhor Presidente disse que o desígnio de “orientar a Autarquia” é um objectivo que se mantém ao longo dos anos, nunca é uma tarefa acabada seja onde for. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que os Vereadores do PSD têm um documento escrito, definindo linhas orientadores para a elaboração do Orçamento, mas que esse documento não é a análise do Orçamento que está em apreciação, tendo procedido à leitura do documento: -----

Opções do Plano e Orçamento para 2008 -----

No espírito de desenvolvimento de uma Oposição responsável e participante na construção do futuro do nosso Concelho, como já tem vindo a ser habitual de há alguns anos a esta parte, não podemos deixar de formular os nossos contributos para as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Mealhada, para o ano de 2008. -----

Assim, contrariando a posição que tem assumido na execução do Orçamento que prefere não ouvir ninguém, mesmo que para isso esteja a desrespeitar a Lei, formulamos as nossas propostas a bem do exercício democrático dos nossos mandatos. -----

A este conjunto de propostas e desafios sectoriais, acrescemos um conjunto de investimentos concretos a realizar nas diferentes Freguesias, de acordo com os contactos mantidos com diferentes autarcas, entidades e cidadãos. -----

Como não poderia deixar de ser, não nos limitámos a formular propostas avulsas, antes vincando algumas linhas estruturais de intervenção que nos parece não terem vindo a ser devidamente acauteladas pela equipa que dirige. -----

Sabemos que existem profundas divergências quanto à visão, às prioridades, à postura perante a sociedade envolvente e, como se verá um dia, quanto à dinâmica e qualidade do trabalho desenvolvido face ao poder em exercício. -----

Ainda assim, entendemos que todos devemos concertar esforços tendentes à afirmação do nosso Concelho, à promoção de uma maior qualidade de vida e à concretização de uma gestão eficiente e rigorosa dos recursos públicos na Autarquia. -----

Consumada esta iniciativa, cumpre-nos transmitir-lhe, enquanto responsável máximo do Executivo Municipal, as condições que julgamos deverem ser reunidas para que não nos sintamos obrigados a reprovar as próximas Opções do Plano e o Orçamento da Autarquia para 2008. -----

Desde logo, no plano das Linhas de Orientação Estratégica, deve o Executivo da Câmara Municipal de Mealhada: -----

1.Fomentar o reforço da democracia participativa, quer no domínio da definição das políticas e prioridades municipais, quer no quadro da sua implementação, mediante o envolvimento de cidadãos e entidades, numa lógica de participação e contratualização por objectivos; -----

2.Desenvolver todos os esforços para que o concelho da Mealhada se assuma como catalisador de um espaço de cooperação supra municipal, dinamizando a participação da Câmara Municipal de Mealhada, no quadro da Grande Área Metropolitana de Coimbra e na Associação de Municípios do Baixo-Mondego, e ADELO com vista ao fomento da cooperação supra municipal e à afirmação do Concelho no espaço da nossa região; -----

3.Gerir a Autarquia num quadro de total transparência e abertura, através de iniciativas como o recurso preferencial aos Concursos Públicos para os vários tipos de fornecimentos e contratações e a integral disponibilização de actas, documentos estruturantes e de suporte à decisão através do sítio da Câmara na Internet; -----

4.Reforçar a competitividade do Concelho de Mealhada, gerando factores de atracção de índole fiscal para novos investimentos, acelerando a construção dos Parques Empresariais e criando mecanismos de criação de emprego de base local; -----

5.Reformular a página na Internet da Câmara Municipal de Mealhada, reforçando a acessibilidade dos Municípios aos serviços e actividades da Autarquia através deste canal de comunicação; -----

6.Actualizar o Plano de Desenvolvimento estratégico do concelho. -----

Por outro lado, devem as Opções do Plano e o Orçamento para 2008 salvaguardar os seguintes propósitos: --

i)Construir e desenvolver o Parque dos Viveiros Florestais, tendo em vista a criação de um verdadeiro Parque da Cidade, englobando as áreas contíguas à Escola Secundária da Mealhada. -----

A par com esta profunda intervenção no futuro Parque da Cidade, a Câmara deve estudar, desde já, as condições que viabilizem a expansão de vários espaços verdes e de lazer em todas as freguesias do concelho. -----

ii)Dotar o Teatro Messias de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para poder desenvolver uma programação intensa e de elevada qualidade, apostando também nas áreas de marketing e de criação de públicos através de um eficaz Serviço Educativo, através da inscrição de uma dotação orçamental condigna e ambiciosa; -----

iii)Concluir a Rede de Saneamento e a rede de abastecimento de água pública, salvaguardando as condições de funcionamento dos equipamentos de tratamento de águas residuais e efluentes já instalados ou a instalar, que segundo o ultimo estudo apresentavam rupturas; -----

iv)Apostar na construção dos Parques Empresariais do concelho (Pedrulha, Barrô e Barcouço) e numa política de reordenamento industrial, contrariando as práticas de especulação imobiliária potencialmente envolvidas; -----

v)Desenvolver um Programa de Certificação de Qualidade das Escolas – validando a qualidade dos estabelecimentos de ensino do Concelho, no plano material e imaterial; -----

vi)Criar Programas Locais de Incentivo ao Emprego e à Criação de Empresas pelos jovens do Concelho, mediante o recurso à fiscalidade municipal e a outros serviços complementares; -----

vii)Articular com as Juntas de Freguesia por forma a agilizar o processo de fixação dos jovens nas freguesias de que são naturais, através de uma política social para a Habitação; -----



viii)Avançar com um projecto para os novos Estaleiros Municipais que depois da sua aquisição em nada foram melhorados; -----

ix)Reforçar os meios para a área Social, diversificando e intensificando a capacidade de resposta e as iniciativas a desenvolver em prol da população idosa, das crianças, das famílias, dos cidadãos com necessidades especiais e dos cidadãos excluídos, em articulação contínua com as Juntas de Freguesia, as IPSS, as Associações representativas da sociedade civil e outros organismos públicos; -----

x)Criar um Plano Municipal para a Saúde e os Hábitos de Vida Saudáveis; -----

xi)Informatizar os serviços e disponibilizar informação “on-line” sobre a tramitação, ponto de situação e teor das informações dos técnicos sobre os processos de licenciamento em curso; -----

xii)Criar uma estratégia para a divulgação e atracção turística do concelho, tanto nacional como internacionalmente. -----

Este é um contributo que entendíamos ser importante enquanto linha orientadora da nossa acção política no executivo da Câmara Municipal da Mealhada, infelizmente, uma vez mais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não criou as condições necessárias para que este contributo fosse dado de forma a que o concelho e a sua população pudessem beneficiar do mesmo. -----

Os Vereadores do PSD (Breda Marques, João Pires, Carlos Marques). -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio, para referir que induziu em erro os seus companheiros, ao referir que a carta enviada pelo Senhor Presidente para preparação do Orçamento não foi registada, o que na realidade foi. Disse que o Senhor Presidente adoptou uma atitude mais aberta, mas face à indisponibilidade dos Vereadores do PSD para o dia 9 de Novembro, não se mostrou muito receptivo à marcação de uma nova reunião, ficando a aguardar. Posteriormente, telefonou ao Senhor Presidente que informou que a elaboração do Orçamento estava na fase do “corte”. -----

O Senhor Presidente reafirmou que os ofícios para marcação da reunião para audição das oposições foram enviados ao PCP, que esteve presente no dia e hora marcados, e que apresentaram um documento com algumas propostas concretas, e ao PSD nos mesmos termos e a outra hora, enviou a carta dirigida ao Senhor Presidente da Comissão Política, Senhor Vereador Carlos Marques, tendo o PSD faltado. Em 2006 foi-lhe referida legislação sobre o Estatuto da Oposição, que não conhecia, mas que teve o cuidado de a consultar e tomou as medidas necessárias para dar cumprimento à mesma, onde é referido que os representantes dos partidos que não tenham pelouros distribuídos, que

integram a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal, deverão ser ouvidos para elaboração do Orçamento. Não voltou a marcar nova reunião com o PSD, porque como já foi dito, a elaboração do Orçamento estava já no “corte” de despesas e não seria sério da sua parte convidar os Senhores Vereadores do PSD para discutir o Orçamento quando nenhuma sugestão iria ser atendida. Na altura do contacto do Senhor Vereador Carlos Marques, disse-lhe que, logo que o documento estivesse pronto o enviaria, o que veio a acontecer na passada sexta-feira de manhã. Disse que se deve ser correcto e reconhecer que a culpa não foi do Presidente da Câmara Municipal pelo facto dos Senhores Vereadores do PSD não compareceram. Cumpriu a lei de uma forma directa e objectiva, uma parte da oposição esteve presente. Referiu ainda que, quanto ao documento apresentado pelos Senhores Vereadores do PSD, é um documento cheio de intenções que não têm custos nem nada de novo. Todos estão de acordo com o documento e até tudo o que referem consta do Orçamento e Opções do Plano para 2008, mas um Orçamento não se faz de peças literárias mais ou menos bonitas. As receitas condicionam as despesas e só com rigor se pode trabalhar. -----  
-----

O Senhor Vereador João Pires referiu que os Vereadores do PSD, além das intenções de estratégia, tinham também a indicação sobre as obras que lhes parecia importante que a Câmara Municipal realizasse. -----

O Senhor Presidente disse que o Orçamento anda a ser “construído” há quase três meses, poderiam os Senhores Vereadores do PSD indicar obras mas teriam também de dizer quais as que seriam retiradas. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que em três meses o Senhor Presidente não teve oportunidade para dizer aos Vereadores que se iria discutir o assunto, tendo o Senhor Presidente dito que se fossem discutir o Orçamento rubrica a rubrica, ainda hoje não estava pronto e que a Oposição só tem que ser ouvida, tal como define a lei.

A Senhora Vice-Presidente leu a Nota Introdutória ao Orçamento e Opções do Plano para 2008, comparando-a com a apresentada no ano passado, onde foram elencadas obras, como, investimentos nas áreas industriais, áreas de localização empresarial, na Educação, na Cultura, no Desporto e no Ambiente. Este ano, isso não foi feito, e achando que toda a gente sabe português, limitaram-se a referir os grandes projectos que o Executivo tem como objectivo realizar. O documento espelha as orientações estratégicas para a promoção do desenvolvimento económico do Concelho, apresentando as três áreas específicas de investimento: que são a Logística, o Desporto e o Turismo,

propondo-se desenvolver infra-estruturas que o promovam. Não seria necessário fazer uma Nota Introdutória elencando todas as obras, pois pensaram que essas obras eram conhecidas por todos, pois as obras estão inscritas no Orçamento, sabem quais as obras novas, as obras em curso e em projecto. Referiu ainda que, na protecção do ambiente, está concertada incluída a obra de construção dos Viveiros. Também já se adquiriram alguns terrenos, para construir espaços verdes nas freguesias, evidenciando a preocupação do Executivo com a requalificação ambiental. Para terminar, desafia o Senhor Vereador a comparar o texto que leu com a Nota Introdutória do Orçamento e referir quais as obras que propõe que não estejam contempladas no Orçamento apresentado pelo Executivo socialista. Perguntou ao Senhor Vereador Breda Marques se leu e entendeu a Nota Introdutória do Orçamento, porque há mais semelhanças que diferenças. -----O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu que o documento apresentado pelos Senhores Vereadores do PSD é um documento literário muito bem elaborado, e tirando o “sumo”, a “palha” está lá. Disse não entender o Senhor Vereador Breda, quando disse que o Orçamento é pobre, mas só se ser pobre significa ser realista e aproximar o mais possível o previsto do real. Com trabalho e com dedicação os resultados aparecem. No documento dos Senhores Vereadores do PSD são propostos incentivos de índole fiscal para as empresas, o que é muito bom dizer, mas resultados práticos não correspondem às iniciativas. Quanto à informatização dos serviços da DGU, disse que em breve aqueles serviços irão apresentar o SIG que vai permitir acesso às informações via Internet. -----

-----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo não lhe parecer normal que se defenda todos os anos que o Orçamento é mais rigoroso que o do ano passado, e depois na prestação de contas todos perceberem que, no que se refere às taxas de execução, não atingem os cinquenta por cento e não pode concordar com isso. Acrescentou, que no ano passado planeava-se a construção do novo edifício da Câmara Municipal, agora já não é para 2008 mas em 2009. -----

O Senhor Presidente disse que o projecto do novo edifício estava pronto, mas a lei mudou e o projecto teve que ser revisto, pois não se fazem obras sem projecto, nem projectos que não cumpram a lei em vigor no momento da aprovação. -----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, para dizer que em relação ao Centro Educativo da Pampilhosa, estava previsto o ano passado um milhão de euros e agora passa para o ano. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais perguntou se o Senhor Vereador Breda Marques avalia a actuação do Município pelas taxas de execução do programa informático do POCAL, tendo o Senhor Vereador Breda Marques respondido afirmativamente. O Senhor Vereador Calhoa Morais disse que se era assim, então não valia a pena discutir o assunto. -----

A Senhora Vice-Presidente interveio referindo que o Senhor Vereador Breda Marques está a avaliar aquilo que foi pago e não aquilo que foi realizado e esse é o seu grande erro, tendo o Senhor Vereador Breda Marques respondido que avalia por aquilo que se promete fazer e depois não fazer ano após ano, a não ser que o Senhor Presidente esteja à espera de 2009, para realizar o que não se realizou até agora, com fins eleitoralistas. ---

-----O Senhor Presidente disse que há quem pense assim, e que há quem o apregoe, sabendo bem de quem é a autoria dessa ideia ultrapassada em termos democráticos.

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse que o Orçamento contraria precisamente aquilo que o Senhor Vereador Breda Marques anda a dizer. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que o Orçamento apresentado é um esboço do que se passa, compreende que tenha que ser assim, que se tenha que se aguardar pelo QREN, mas se há obras a candidatar os Vereadores do PSD não sabem quais são, não têm conhecimento nem referência sobre as mesmas. Os Vereadores do PSD entendem e sabem que a Autarquia tem as contas em dia, não colocam isso em causa, mas a Autarquia deveria ter maior ambição, arrojo, atendendo à disponibilidade financeira que tem. -----

O Senhor Presidente disse que felizmente a Câmara Municipal não está numa posição catastrófica, tendo o Senhor Vereador Carlos Marques dito que não é preciso estar numa posição catastrófica para se ser ambicioso. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que, como a Câmara Municipal se vai candidatar ao QREN, e este exige parcerias com outras entidades regionais houve necessidade de estabelecer acordos, protocolos com outras autarquias e instituições de forma a viabilizar os projectos que existem em carteira. Referiu ainda, que os Senhores Vereadores do PSD sabem mas não querem admitir que o Executivo socialista tem bons projectos e sabe muito bem o que quer para o Concelho. -----

*A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente da Senhora Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores José Carlos Calhoa Morais e António Jorge Fernandes Franco, e com os votos contra dos Senhores Vereadores Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques, aprovar o Orçamento e Opções do Plano para 2008, e remeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto do art.º 53º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----*

Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte Declaração de Voto: -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são instrumentos previsionais, onde a Câmara Municipal tenta planear o ano civil e onde, conseqüentemente, o executivo define uma estratégia para alcançar os seus fins. -  
-----

Este é o momento de eleição para se traçar uma linha de orientação, um rumo previamente definido no sentido de se alcançarem os objectivos que se traçam inicialmente. -----

Da análise objectiva dos documentos em questão consideramos o seguinte: -----

Primeiro, na linha do que têm sido os anteriores documentos análogos, constatamos que continua a existir falta de rigor em quase todas as rubricas e inscrição de valores verdadeiramente estranhos noutras, deixando antever uma forma “encapotada” de equilibrar o Orçamento. -----

Depois sentimos que a única estratégia que o executivo socialista parece querer demonstrar é a captação de investimento comunitário, não nos sendo dada a conhecer a arquitectura dessa ambição; que projectos estão candidatados ou em fase de candidatura, que projectos estão em fase de preparação, que envolvimento intermunicipal existe ou que tenha sido incrementado. -----

Enfim, uma área perfeitamente escura da governação socialista que deixa antever uma impreparação enorme face aos desafios que são lançados pelo QREN. -----

Há demasiado tempo que o PSD, na Câmara, tem defendido uma disponibilidade e modos diferentes de actuar face a estes novos desafios. -----

A nota introdutória do Orçamento, espelha bem o desinteresse que o executivo socialista tem por este documento, limitando-se a repetir um conjunto de frases feitas já apresentadas nos anos anteriores, sendo

mesmo referido que é apenas um esboço, demonstrando isto a falta de empenhamento na elaboração de tão importante documento. -----

Continuamos a sentir a dificuldade que o executivo exhibe na relação com os órgãos da Administração Central, contribuindo para uma indefinição, verificando-se isso nas obras que são indefinidamente adiadas e não passam do papel, obras estruturantes para o Concelho e das quais nada se sabe, uma vez que as receitas provenientes da Administração Central e de fundos comunitários continuam a ser perfeitamente residuais. ----

Da Receita ressalta que esta resulta em grande parte da cobrança de impostos e de bens essenciais, como a água, a taxas e preços que se traduzem numa carga excessiva para os munícipes e suas famílias. -----

A receita para 2008 diminui em cerca de 9,5 %, que corresponde a 1, 5 milhões de euros, o que deixa antever um corte no investimento, com acrescido prejuízo para o Concelho. -----

Do lado da despesa somos confrontados com uma forma de agir a que os dirigentes socialistas já nos habituaram: a gestão corrente da coisa pública, sem o necessário arrojo e ambição que possam guindar o Concelho da Mealhada rumo ao desenvolvimento. -----

Concretamente, poderemos abordar alguns parâmetros da gestão Municipal para sustentar a nossa tese.

A Autarquia continua a deter, nas instituições bancárias, uma disponibilidade financeira invulgar: 10 milhões de euros conforme o confirmam os balancetes de tesouraria, de nada valendo afirmar publicamente que cerca de metade está comprometido com obras lançadas recentemente. -----

É uma política que atesta a incapacidade realizadora deste executivo e deixa antever uma estratégia de aplicar estas verbas em vésperas de eleições. -----

Se atentarmos ao Plano Plurianual de Investimentos, constatamos que é 2009 o ano em que se aponta para o “gastar de dinheiro” em obras que estão prometidas e adiadas há tempo demais. -----

Profundamente errada, penalizadora e desonesta politicamente. -----

Em áreas sensíveis como a Acção social, o Associativismo a Cultura e o Desporto, verifica-se como sempre um desinvestimento demonstrando este facto que para este executivo estas Áreas não são prioritárias. -----

Esta é a evidência de que a gestão socialista com que somos confrontados é uma gestão que não sabe, definitivamente, planear e quando executa tem apenas como horizonte aquela visão redistributiva a que vamos estando habituados. -----

Face ao exposto, não nos identificamos, de forma alguma, com os documentos em análise e somos levados a adoptar uma posição clara e sem rodeios: votamos contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano 2008. -----

Mealhada, 6 de Dezembro de 2007 -----

Os Vereadores do PSD Mealhada (Breda Marques, João Pires, Carlos Marques). -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.* -----

#### **4. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS.** -----

O Senhor Presidente esclareceu que as rubricas foram acrescidas do reforço que foi aprovado em Abril, na Revisão Orçamental n.º 1. -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, devendo ser solicitada, previamente à celebração dos respectivos protocolos, autorização da Assembleia Municipal para o efeito, de acordo com o disposto no n.º 1, art.º 66.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nos termos a seguir indicados:* -----

#### **COLOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO TOPONÍMICA** -----

*Antes – 274,04€; Barcouço – 803,52€; Casal Comba – 890,40€; Luso – 816,78€; Mealhada – 775,92€; Pampilhosa – 852,85€; Vacariça – 712,67€; Ventosa do Bairro - 373,82€;* -----

#### **ILUMINAÇÃO PÚBLICA** -----

*Antes – 560,45€; Barcouço – 1.643,26€; Casal Comba – 1.820,96€; Luso – 1.670,38€; Mealhada – 1.586,82€; Pampilhosa – 1.744,17€; Vacariça – 1.457,47€; Ventosa do Bairro – 764,49€;* -----

#### **CONSERVAÇÃO / LIMPEZA DE VALETAS, BERMAS, CAMINHOS E PASSEIOS** -----

Antes – 5.695,80€; Barcouço – 16.700,33€; Casal Comba – 18.506,08€; Luso – 16.975,87€; Mealhada – 16.126,65€; Pampilhosa – 17.725,67€; Vacariça – 14.812,11€; Ventosa do Bairro – 7.769,49€; -----\_Os documentos referentes à Delegação de Competências nas Freguesias ficam arquivados na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 76. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

## **5. ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO MONDEGO - PROPOSTA.** -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

### -----PROPOSTA N.º 15/2007-----

Proponho que seja designada a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dra. Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro, para integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Baixo Mondego, juntamente com o Presidente da Câmara, nos termos dos estatutos daquela Associação de Municípios. -----

Mealhada, 23 de Novembro de 2007 -----

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

## **6. PARCERIA COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - PROPOSTA.** -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD, que a seguir se transcreve: -----

### -----PROPOSTA-----

O direito à saúde é um direito constitucionalmente consagrado, sendo por isso um dever para todos defendê-lo e concretizá-lo. É ao Estado, através do Serviço Nacional de Saúde a quem cabe a responsabilidade da protecção da saúde individual e colectiva, o que, nos últimos tempos tem vindo a ser alcançado de uma forma cada vez mais deficitária, com uma cada vez maior desresponsabilização do mesmo. -----



Nos últimos tempos, o concelho da Mealhada tem vindo a ser confrontado com circunstâncias que poderão colocar em causa estes valores, assistindo-se a decisões da administração central que contendem directamente com o carácter universal e tendencialmente gratuito do Serviço Nacional de Saúde; e considerando que: -----

- as políticas encetadas pelo actual Governo trouxeram uma realidade a que temos de atender e à qual não podemos ficar alheios, nomeadamente, o encerramento do SAP (Serviço de Atendimento Permanente) da Mealhada, ficando apenas acessível a Consulta Aberta das 8 às 20 horas; o anúncio do possível encerramento dos Serviços de Urgência de Hospitais situados em concelhos contíguos ao da Mealhada; e ainda o adiar de protocolos de contratualização com o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mealhada; -  
-----

- tem vindo a surgir outros caminhos que anunciam uma reestruturação na própria Estrutura do Serviço Nacional de Saúde: criação de Entidades Públicas Empresarias responsáveis pela gestão da maior parte dos Hospitais Públicos; a construção e gestão de Hospitais no âmbito de parcerias público-privadas; e a possibilidade já aventada de desconcentração desta responsabilidade do Estado sob a forma de transferência de competências para as Autarquias Locais nesta matéria; -----

- a necessidade de cuidados de saúde é transversal a toda a população, sendo, no entanto, mais sentida nos idosos e na população mais carenciada; -----

- têm vindo a ser conhecidas as crescentes dificuldades, sentidas pela Santa Casa da Misericórdia, motivadas pelos encargos decorrentes da construção do Hospital; -----

- a disponibilidade do Serviço de Urgência 24 horas por dia para a nossa população é, inequivocamente, uma mais valia para o Município e para os Municípios, constituindo mesmo um claro factor de atracção de população residente para o nosso concelho; -----

- a Câmara Municipal da Mealhada se deve adequar a esta nova realidade e assumir uma posição de liderança em todo este processo face aos prováveis novos desafios lançados às Autarquias na área saúde; --  
-----

- a promoção e a defesa do direito à saúde, deve ser o resultado de uma constante partilha de responsabilidades e competências, no sentido de proporcionar mais e melhores condições de prestação de cuidados de saúde aos munícipes do concelho da Mealhada; -----

- a saúde de cada munícipe é um bem de investimento, a mais e melhor saúde corresponde uma qualidade de vida acrescida da população, o que se traduzir-se-á numa comunidade mais produtiva, mais dinâmica e mais feliz; -----

- se deve proporcionar aos cidadãos de todo o concelho, condições de acesso a cuidados de saúde numa instituição de excelência como se pretende que seja o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada. -

-----  
PROPOMOS -----

- Que seja estabelecido um protocolo de parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Mealhada nos seguintes termos: -----

-Todo e qualquer cidadão do Concelho da Mealhada, possa usufruir 24 horas por dia do Serviço de Urgência do Hospital da Misericórdia da Mealhada e dos meios complementares de diagnóstico, pagando unicamente o valor da taxa moderadora praticada no Serviço Nacional de Saúde, durante um prazo de 15 anos (quinze anos), a contar da data da celebração do protocolo; -----

-A Câmara Municipal da Mealhada suportará parte do custo inerente aos serviços de saúde prestados à população do respectivo Concelho, entregando mensalmente, durante 5 anos, à Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, 30.000,00 € (trinta mil euros). -----

- A elaboração deste protocolo, no qual devem constar pormenorizadamente as obrigações e direitos das partes, ficaria a cargo de uma comissão, a designar pela Câmara Municipal, a qual deverá integrar dois elementos de cada uma das Instituições, sendo que, os elementos a designar pela Câmara Municipal devem possuir conhecimentos técnicos específicos nesta área. -----

Mealhada, 19 de Novembro de 2007 -----

Os Vereadores do PSD da Câmara Municipal da Mealhada (Gonçalo Breda Marques, João Oliveira Pires, Carlos Marques) -----

O Senhor Vereador Carlos Marques tomou a palavra, tendo explicado que os Vereadores do PSD tiveram a iniciativa de apresentar a proposta, na sequência da difícil situação que vive a Santa da Misericórdia, situação essa que os responsáveis atribuem à construção do Hospital. Frisou que, antes dessa situação ser do conhecimento público, os Vereadores do PSD inteiraram-se da situação e disponibilizaram-se para dar o contributo que se entendesse ser necessário. Disse que todos tiveram conhecimento do desenvolvimento do assunto, nomeadamente a iniciativa para que a Câmara Municipal assumisse um compromisso no sentido de apoiar a Santa Casa da Misericórdia. Esclareceu que os Vereadores do PSD procuraram na proposta apresentada, de forma objectiva e concreta, propor uma solução para o problema. Informou ainda que antes de a proposta ser apresentada à Câmara Municipal deram conhecimento da mesma aos

responsáveis pela Santa Casa da Misericórdia. Disse que o que se pretende é que seja estabelecido um protocolo entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, o que colocaria a Câmara Municipal na dianteira, uma vez que já está prevista a delegação de competências nas autarquias na área da saúde. -----  
-----

O Senhor Vereador João Pires interveio para referir que neste momento a afluência às urgências do Hospital é fraca, o que acarreta um prejuízo de cerca de trinta mil euros por mês. Disse que o apoio da Câmara Municipal proporcionaria a prestação de um serviço público de qualidade e a Santa Casa da Misericórdia poderia obter também algum desafogo financeiro. -----

O Senhor Presidente salientou, em primeiro lugar, que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia é um hospital privado, e que o maior grupo de investidores privados em Portugal ao nível hospitalar é precisamente o das Misericórdias. Frisou, por outro lado, que a transferência de competências na área da saúde a que se referem os Senhores Vereadores do PSD, se insere apenas ao nível de instalações do Serviço Nacional de Saúde. Por fim, ressaltou que basta fazer as contas para concluir que o valor proposto é rigorosamente igual ao valor que a Santa Casa da Misericórdia há uns meses atrás solicitou à Câmara Municipal, e que os proponentes de agora rejeitaram na altura, como é sabido. -----

O Senhor Vereador João Pires disse tratar-se de uma coincidência. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse não perceber qual foi o critério para chegar ao valor de trinta mil euros por mês, tendo o Senhor Vereador João Pires referido que a ideia é a de que a Câmara Municipal pague a diferença entre o valor de quinze euros que é pago agora nas urgências e o valor da taxa moderadora de sete euros e cinquenta cêntimos. O valor a compartilhar englobaria a urgência e os exames complementares de diagnóstico, não contemplando contudo o internamento. -----

O Senhor Vereador António Franco chamou a atenção para o facto de que nem todo o tipo de urgências podem ser atendidas no Hospital da Misericórdia. Perguntou se, por exemplo, na sequência de um acidente for chamado o 112, se os sinistrados poderão usufruir do serviço de urgência do Hospital, tendo o Senhor Presidente dito que não, pois teriam de ser transportados para o Hospital da Universidade de Coimbra, como está legalmente estabelecido. -----

O Senhor Vereador João Pires disse que se teria que resolver essa questão com o INEM.

-----

A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra e referiu que, como esclareceram previamente, os Senhores Vereadores do PSD tiveram uma reunião com a Mesa da Santa Casa da Misericórdia e chegaram aos valores da proposta. Perguntou aos Senhores Vereadores se tentaram saber se a Câmara Municipal teria disponibilidade para dispor de trinta mil euros mensais, durante pelo menos cinco anos. -----

O Senhor Vereador João Pires disse ser insignificante o valor de trezentos e sessenta mil euros, por ano, ou, um milhão e oitocentos mil euros, pelo período de cinco anos, face a um orçamento de três milhões de contos, face ao benefício que esse investimento propiciaria à população. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse que a questão do Hospital da Misericórdia é uma questão que preocupa os Vereadores do PSD há muito tempo, tendo o Senhor Presidente ripostado estar preocupado com o assunto há muito mais tempo que os Senhores Vereadores. O Senhor Vereador Carlos Marques retomou o uso da palavra, tendo referido que apesar de compreender as dificuldades, acha que alguma coisa tem de ser feita, pois é uma pena que uma infraestrutura de qualidade como é o Hospital não beneficie toda a população. -----

O Senhor Presidente disse ser sensível à argumentação do Senhor Vereador, mas que não se deveria ignorar a outra face da questão, pois as decisões do Executivo não podem ser norteadas pelas emoções. Frisou, mais uma vez, que o Hospital da Misericórdia é privado, e que a Câmara Municipal não tem actualmente qualquer competência para apoiar financeiramente as despesas correntes do Hospital. Os Senhores Vereadores falam em legislação futura, a qual, se vier a ser aprovada, terá de ser devidamente ponderada pela Câmara. Acrescentou que duvida que a nova lei venha a implicar as Câmaras Municipais no âmbito e termos que os Senhores Vereadores do PSD referem. --

-----

A Senhora Vice-Presidente ditou para a Acta a seguinte intervenção escrita: -----

Relativamente a esta proposta e face à declaração apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD na reunião de 30 de Março, gostaria de questionar se neste momento já estão esclarecidos e informados sobre a situação real do Hospital; sobre a base de cálculo para a previsão de cuidados de saúde no Concelho, que levaram a um desvio no investimento inicialmente previsto de cerca de 6 milhões de euros e se já lhes foi

apresentada a sustentação técnica e financeira que os Senhores consideraram absolutamente necessária para poder decidir sobre a matéria. -----

Em Março, os Senhores Vereadores do PSD afirmavam que enquanto não houvesse estudos técnicos e financeiros credíveis seria impossível decidir sobre qualquer acordo a fazer com a Santa Casa, “sob pena de comprometermos esta autarquia na resolução de um problema que nunca fará face às verdadeiras carências existentes no concelho, ao nível da prestação de cuidados de saúde”, diziam também que seria uma experiência “inédita a nível nacional” e que só poderia acontecer com “inevitáveis acordos de cooperação com o Ministério da Saúde”, para garantir alguma contrapartida financeira e até técnica e eventualmente definir níveis de intervenção da autarquia nesta matéria”. Nessa reunião, os Senhores Vereadores do PSD, declararam que enquanto não estivessem esclarecidos e enquanto não fossem apresentados os tais estudos, qualquer intervenção da Câmara tinha a vossa total discordância, “uma vez que não é garantida a prestação dos referidos cuidados de saúde”, e que a Câmara se arriscava a apenas participar num determinado negócio com riscos, sem que isso traga qualquer contrapartida ao nível da prestação de cuidados de saúde para a população do concelho, nomeadamente a mais carenciada. E concluíram afirmando que “qualquer posição assumida, apenas com base no documento apresentado pela Santa Casa da Misericórdia, seria sempre irresponsável e sem qualquer benefício para a Mealhada, para o seu concelho e para a sua população”. -----

Estas foram as vossas palavras, estes foram os vossos argumentos em Março, por isso pergunto, o que é que mudou desde então, que nós não sabemos e que vos leva a apresentar hoje esta proposta? -----

Hoje os Senhores Vereadores do PSD, baseados em coisa nenhuma, apenas com uma argumentação vaga, num discurso político generalista, propõem que a Câmara Municipal assuma os custos de funcionamento do Hospital, se substitua ao Ministério da Saúde e desvie os seus recursos financeiros para pagar as despesas de uma entidade privada. -----

Os Senhores vêm propor que a Câmara entregue todos os meses à Santa Casa da Misericórdia 30.000,00€, durante 5 anos, ou seja, que a Câmara entregue à Santa Casa da Misericórdia 360.000,00€ por ano, isto é, que comprometa 1.800.000,00€. -----

Independentemente da actividade do Hospital, independentemente do número de utentes, independentemente do local de residência dos utentes. Os Senhores propõem que todos os munícipes da Mealhada paguem 30.000,00€ à Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, independentemente de estarem ou não doentes, isto a somar àquilo que todos têm que descontar mensalmente e que também se destina a comparticipar os Serviços de Saúde. -----

Senhores Vereadores, não fosse a vossa declaração de Março, e a vossa preocupação em publicá-la em todos os jornais locais e regionais, para que a minha intervenção hoje se limitasse a dizer que esta proposta não tem qualquer enquadramento legal, porque se trata de assumir e pagar despesas de um hospital privado, com dinheiro público, que a Câmara Municipal não tem qualquer competência para entrar neste sector que apenas e por enquanto só diz respeito ao Ministério da Saúde e aos Grupos Económicos Privados que vêem a Saúde como uma área de negócio rentável. -----

Mas, na realidade, o que eu não entendo é a posição dos Senhores Vereadores do PSD. Será que a declaração que apresentaram em Março foi escrita e assinada pelos mesmos Vereadores que hoje estão a apresentar esta proposta? -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu ter ficado na dúvida se é mais fácil entender a Senhora Vice-Presidente quando fala de improviso ou quando fala depois de pensar e escrever. Acrescentou que a posição dos Vereadores do PSD em Março, foi num determinado sentido, porque estavam em análise propostas apresentadas pela Santa Casa da Misericórdia, e nessa altura subscreveram a posição da Câmara Municipal. Agora é ao contrário, trata-se de discutir uma proposta da Câmara Municipal à Santa Casa da Misericórdia. Rematou a sua intervenção referindo que Vereadores do PSD entendem que a Câmara Municipal não pode ficar à espera que a Santa Casa da Misericórdia faça “misericórdia”, sem nada fazer por seu lado. -----

O Senhor Presidente respondeu que a Santa Casa da Misericórdia tem mesmo de fazer “misericórdia”, porque é esse o seu papel e objecto social, tendo ainda referido que, digam o que disserem a proposta dos Senhores Vereadores do PSD é absolutamente contraditória com a posição que tomaram em 30 de Março último. -----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo que a Câmara Municipal tem o dever de procurar soluções para o problema. Afirmou que ao contrário do que disse a Senhora Vice-Presidente, a que apresentaram não contradiz a posição que adoptaram em Março e que a proposta tem apenas como objectivo que as pessoas possam beneficiar de um serviço a preço igual ao que é praticado no Serviço Nacional de Saúde, muito mais próximo de casa e com um menor tempo de espera, se compararmos com os tempos de espera no Hospital da Universidade de Coimbra. Acrescentou que, para além disso, o apoio da Câmara Municipal iria auxiliar na resolução de um problema de tesouraria que neste momento existe na Instituição. Referiu, por fim, que ao ouvir os Senhores Vereadores do PS a falar sobre este assunto, parece que o Hospital não é necessário, mas o que é certo é que a Câmara Municipal investiu quinhentos mil euros na sua construção. -----

A Senhora Vice-Presidente perguntou como é que o Senhor Vereador Breda Marques pode afirmar que existirá um benefício para a população e que esta pagará o preço igual ao que é praticado pelo Serviço Nacional de Saúde, se, além de ter de pagar a taxa moderadora ainda tem de desembolsar 30.000 euros mensais. Porque o dinheiro do Município é dos munícipes. -----

O Senhor Presidente voltou a referir que o que se passa hoje é igual ao que se passava há sete meses atrás, uma vez que a situação é a mesma e a proposta é idêntica à apresentada pela Santa Casa da Misericórdia. Disse existir pelo menos uma grande coincidência matemática, o que referiu ser estranho. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que a proposta é diferente, pois agora pode falar-se na existência de um benefício concreto para a população, tendo o Senhor Presidente perguntado se a proposta da Santa Casa da Misericórdia não tinha também como objectivo servir a população. O Senhor Vereador Breda Marques respondeu afirmativamente, mas disse que a diferença era que não existiam condições. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, dizendo terem sido anteriormente apresentadas duas propostas. A primeira, foi o estabelecimento de uma sociedade comercial entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia; a segunda, a criação de uma parceria com a Escola Profissional Vasconcellos Lebre, não tendo qualquer uma dessas propostas sido sequer discutida. Disse que o que foi analisado na altura foi a atribuição de um subsídio e a posição dos Vereadores do PSD foi muito clara, não existindo qualquer incoerência com a sua posição actual, pois a proposta agora em causa é uma proposta concreta. Disse não pôr em causa a afirmação de que a infraestrutura é particular e que a lei que permitirá à Câmara conceder o apoio ainda está para ser aprovada e que por essa razão não se sabe como poderá ser concretizado esse apoio. Frisou que, não obstante, os Vereadores do PSD, em coerência com os princípios que defendem e com as preocupações que sempre sentiram, resolveram apresentar uma proposta. -----

O Senhor Presidente retorquiu que as preocupações dos Senhores Vereadores do PSD são partilhadas pelos restantes membros do Executivo. Salientou que a Câmara Municipal remeteu ao Senhor Provedor o relatório de avaliação do mercado e que até ao momento não foi recebida qualquer resposta. Referiu que a Câmara colaborou no sentido de a Santa Casa da Misericórdia estabelecer contactos com o Governo Central tendo em

vista a procura de soluções possíveis para o problema, e que isso é um dado indesmentível. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio, ditando para a Acta a seguinte intervenção escrita: -----

Sobre esta proposta do P.S.D, tenho a dizer o seguinte: -----

Parece-me que à primeira vista, que o melhor local para discutir este assunto, seja talvez a sala de reuniões ou de actos, do Governo Civil de Aveiro. Contudo, -----

Já ouvi este filme em algum lado. Provavelmente não foi num cinema perto de mim, mas a 1ª vez que o ouvi foi no Salão da Filarmónica em Barcouço. Embora tivesse sido apresentado de outra forma, o resultado final era praticamente o mesmo. E já na nessa altura manifestei a minha discordância, conjuntamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, e não com a Srª Vice-Presidente, como para aí foi ventilado, também não sei com que intenção, porque a verdade é que ela nem sequer esteve nessa reunião e para que não restem dúvidas vou responder à questão da mesma forma que o fiz na altura. Enquanto vereador desta Câmara, não votarei favoravelmente qualquer financiamento para o Hospital de Mealhada, enquanto não for garantido, para as Extensões de Saúde de Barcouço, Vacariça e Ventosa do Bairro igual verba à que foi dada para o Hospital. -----

Fundamento esta minha posição, com o simples princípio da igualdade de oportunidades para todo o concelho. Na minha perspectiva, não pode e não deve a Câmara Municipal concentrar constantemente investimentos nesta área, no mesmo local, discriminando as populações dos meios mais pequenos, com mais dificuldades e que já reclamam por melhores meios à muitos e muitos anos. Muitas destas pessoas já perderam a esperança, eu ainda não. -----

A Câmara Municipal, participou com 500.000 Euros a reconstrução de um Hospital, para o qual também votei favoravelmente, mas que hoje chego à conclusão que do projecto inicial proposto, de um hospital de retaguarda, pouco mais resta que a memória. Quem ou quais foram os pressupostos que fizeram alterar essa situação, não me compete a mim avaliar, mas sim, o que me compete enquanto membro deste órgão político é garantir a mesma forma de tratamento e de igualdade para todos. Não pode e não devem certas e determinadas paixões servirem apenas para promoção pessoal, preenchimento de páginas de jornal, ou servirem de bandeiras em determinadas alturas. -----

Mas, é bom que o povo saiba, que a Santa Casa, na altura da cedência do terreno para a construção do Centro de Saúde de Mealhada, recebeu por parte da Câmara Municipal, um subsídio de 15.000 contos. Ora, é bom que se diga alto e em bom som que nunca existiu para com mais nenhuma freguesia das



anteriormente referidas, igual verba para aquisição de um terreno destinado à construção da respectiva extensão de Saúde. -----

Quanto à proposta em si, não consigo entender qual o critério, que permitiu chegar ao número proposto. Não compreendo com o se chega ao valor de 30.000 Euros mês, dado que dividindo este montante pelo valor da taxa moderadora, dará um número relativo na ordem das 6.000 urgências mês ou seja 30% da população do concelho ficará doente, ou no caso da própria freguesia de Mealhada, significa que cada habitante vá pelo menos uma vez por mês à urgência. Pior que isto, só os números de uma hipotética pandemia. Por isso, isto é um autêntico absurdo. -----

Quanto à sua prorrogação no tempo, não sei, nem nunca vi, nem sequer li, como se pode inscrever despesa corrente, em anos futuros. Nova moda, contabilidade criativa? Talvez. -----

Contudo, permitam-me uma retrospectiva temporal. Em tempos, pertencia eu aos corpos sociais do Infantário de Barcouço e esta autarquia durante muitos e muitos anos apoiou a infância através das IPSS, utilizando o critério do consumo mensal de energia, pelo que certo dia uma Inspeção da IGAT, considerou ilegal essa situação. Por isso, é necessário algum cuidado nas propostas que se fazem. -----

Mas como o PSD diz e bem, no início da sua proposta " é ao Estado, através do serviço Nacional de Saúde a quem cabe a responsabilidade da protecção da saúde individual e colectiva..." ou ainda, como os senhores referem e bem na declaração escrita que apresentaram na reunião de trinta de Março de 2007 – Extracto da Acta nº7 – em que a Santa Casa vem pedir um subsídio de 1.800.000 Euros, cito " os vereadores do PSD não podem deixar de manifestar o seu descontentamento uma vez que esta Câmara apoiou com os votos favoráveis do PSD, em 500.000 Euros, a construção deste Hospital, com a indicação que a referida obra iria servir a população da Mealhada(!) o que na realidade não tem vindo a acontecer" e "... através da rádio pelas palavras do Senhor Provedor e não através de qualquer documento que tenha sido remetido a esta Câmara, tinha um compromisso com a Santa Casa da Misericórdia de financiar 20 camas para cuidados continuados de saúde e quebrou o referido compromisso..." " ...percebemos entretanto que até à data e ao contrário do que foi assumido pela Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, não foram criadas quaisquer condições para que a nossa população possa aceder ao referido Hospital, como o faria em qualquer Hospital público, uma vez que não estão assegurados quaisquer acordos nesse sentido com o Ministério da Saúde nesse sentido." "...a Câmara Municipal apoiou a construção de um Hospital em que a população para receber aí a prestação de cuidados de saúde tem que pagar como em qualquer hospital privado." Continuando, V. Exas referem ainda " a proposta é de entrega de um subsídio, que pelo que percebemos é apenas para garantir o funcionamento do Hospital sem incluir o pagamento dos serviços prestados à população que continuaria a pagá-los." "...afastando-os deste Hospital como de qualquer outro Hospital privado, o que obrigará a população a continuar a deslocar-se aos Hospitais públicos mais próximos, como tem vindo a fazer até agora." -----

Obviamente não transcrevi toda a vossa declaração, apesar de concordar com o exposto. Contudo permitam-me algumas considerações: -----

- Nesta data V. Exas já sabem que foi assinado o acordo das 20 camas -----

- Sabem também que não houve nenhuma interrupção do acordado por parte do actual governo, porque como tiveram oportunidade de verificar nos documentos que nos foram entregues, o protocolo nem sequer estava assinado por parte do anterior Ministro da Saúde, que curiosamente até era do PSD, o que vem contrariar muita coisa que para aí se disse e escreveu -----

- Mas, como os senhores sempre referiram compete ao Estado, através do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde garantir os cuidados de saúde à população, etc, etc..etc... ----- - Mas acreditem meus senhores que estou bastante triste, com tudo isto. É estranho, mesmo muito estranho, virem os senhores agora com esta proposta para a Câmara Municipal. -----

A primeira vez que ouvi a história numa reunião, em Novembro 2006, do P.S. em Barcouço – o valor global do pedido era 1.800.000Eur -----

A 2ª vez, foi numa proposta da Santa Casa, o valor é 1.800.000.EUR -----

Agora a 3ª vez, a v/ proposta o valor é 30.000EU/mês durante 5 anos o que vai coincidir precisamente com o valor de 1.800.000EUR: -----

Ou seja, o valor é o mesmo, os protagonistas e a forma de o expor é que é diferente. E neste momento nem me passa pela cabeça fazer juízos de valor, mas chego à conclusão que o realizador do filme é o mesmo, o que cada vez mais vem comprovar que esta como outras questões mais duras ocorridas neste concelho neste ano, tiveram todas a mesma origem. -----

Depois de tudo o que escreveram, sinceramente não sei o que comeram, mas fico com a sensação que lhes terá feito mal. Por favor, não brinquemos com as pessoas porque já toda a gente começa a perceber qual é e quais são os protagonistas do chamado " eixo do mal" e dos falsos prestígios aqui do concelho. A opção é vossa. -----

O Vereador (José Carlos Calhoa Morais) -----

A Proposta foi colocada à votação, tendo votado contra o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores Calhoa Morais e António Franco e a favor os Senhores Vereadores Breda Marques, João Pires e Carlos Marques. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a proposta apresentada. -----

**7. CONCURSO EXTERNO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE MEALHADA - PROPOSTA.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório Técnico de Análise das propostas do concurso externo sem apresentação de candidaturas para a “Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de Mealhada”, o qual se dá como integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e deliberou, por unanimidade aprovar a Proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: ---*

-----**PROPOSTA N.º 16/2007**-----

**Do concurso limitado sem apresentação de candidaturas para prestação de serviços de auditoria externa às contas do município de Mealhada** -----

A nova Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, determina no seu artigo 48.º que as contas anuais dos municípios e das associações de municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local devem ser verificadas por auditor externo. -----

O auditor externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre revisores de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. -----

Tendo em vista uma maior transparência e racionalização dos recursos financeiros, por meu despacho proferido em 5/11/2007, procedeu-se à abertura do competente concurso limitado sem apresentação de candidaturas para a prestação de serviços de auditoria externa às contas do Município de Mealhada. -----

Como resulta da Acta n.º 2 do referido concurso, as propostas economicamente mais vantajosas foram apresentadas pelos concorrentes “Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes e V. Simões – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” e “Leal & Carreira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” -----

-----  
Tendo-se verificado um empate, foi necessário recorrer ao critério fixado no ponto 10.4 do Caderno de Encargos, que estabelece que em caso de empate dar-se-á preferência à proposta cujo subscritor possua um maior volume de serviços para entidades sujeitas ao POCP ou a qualquer das suas aplicações sectoriais. -----

-----  
Conforme resulta do Relatório Técnico de Análise de Propostas, emitido em 30 de Novembro de 2007, pelo Júri do Concurso, do qual se anexa uma cópia que faz parte integrante do presente documento, a proposta que apresentava um maior volume de serviços para entidades sujeitas ao POCP ou a qualquer das suas aplicações sectoriais foi apresentada pela concorrente “Leal & Carreira, Sociedade de Revisores Oficiais de

Contas, Lda.”, cujo valor mensal de € 500,00 + IVA, para o prazo de 28 meses, o que perfaz o valor global de € 14 000,00 + IVA. -----

Nos termos do ponto 2.3 do Caderno de Encargos, esta prestação de serviços deverá ter início a 1 de Janeiro de 2008 e terminar a 30 de Abril de 2010, com a aprovação e certificação das contas de 2007, 2008 e 2009. -  
-----

Deste modo deverá ser proposto à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade “Leal & Carreira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, para realizar a auditoria externa às contas do Município de Mealhada, dando assim cumprimento ao disposto nos artigos n.º 47.º e 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----8.*  
**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO – PROPOSTA.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta, apresentada pelo Senhor Vereador António Franco, que a seguir se transcreve: -----*

-----**PROPOSTA Nº 17/2007**-----

Analisadas as candidaturas aos subsídios às Associações Desportivas do Concelho, ano 2007, proponho a atribuição de um subsídio global de 117.999,78 € (cento e dezassete mil e novecentos e noventa e nove euros e setenta e oito cêntimos) distribuídos às associações concorrentes, conforme lista anexa. ----

Mealhada, 3 de Dezembro de 2007 -----

O Vereador do Desporto (António Jorge Fernandes Franco) -----

---

**Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo Dezembro de 2007**

---

<b>ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA</b>	<b>VALOR DO SUBSÍDIO</b>	<b>Nº CONTRIBUINTE</b>
Clube Desportivo de Pampilhosa	2.853,67 €	506224465
Ass. D.C. Pescadores Pampilhosa	471,48 €	505328941
Atlético Clube do Luso	4.280,50 €	507789792
Centro de Bridge da Bairrada	335,00 €	506353460
Centro Recreativo de Antes	12.324,54 €	501392033

Centro R C D Travasso	2.664,03 €	502473843
Futebol Clube da Pampilhosa	31.628,15 €	501420436
Grupo Desportivo da Mealhada	36.063,74 €	501613176
Hóquei Clube da Mealhada	18.755,63 €	501749012
Luso Ténis Clube	3.494,71 €	501734473
Sport Clube Carqueijo	5.128,33 €	503659487
<b>TOTAL</b>	<b>117.999,78€</b>	

Mealhada, 3 de Dezembro de 2007 -----

O Vereador do Desporto, (António Jorge Fernandes Franco) -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.* -----

A Senhora Vice-Presidente referiu, a propósito da atribuição dos subsídios às Associações do Concelho, que a Câmara espera sempre delas colaboração e dinamização de acções que promovam o Concelho. Lembrou ainda as recentes polémicas com duas associações do Concelho e referiu o papel de duas associações homólogas de concelhos próximos. Em Estarreja, para realização do Carnaval de 2008 a Câmara Municipal atribuiu um subsídio de 30.000,00€ e disponibilizou o parque de estacionamento para a associação do carnaval realizar o evento com um orçamento previsto de 165.000,00 €. Em Cantanhede, para realização da EXPOFACIC, a Câmara atribuiu um subsídio no valor de 80.000,00€ à INOVA, para apoiar um evento que tem um orçamento global de cerca de 2.000.000,00€, e cuja organização está a cargo da Associação Empresarial de Cantanhede. Rematou a sua intervenção, referindo que estes exemplos demonstram a diferença. -----

## **9. ACIM – LEVANTAMENTO EMPRESARIAL DO CONCELHO DA MEALHADA.**

-----

A Câmara Municipal analisou o teor do ofício remetido pela ACIM sobre o assunto mencionado em epígrafe. -----

O Senhor Presidente referiu que o Levantamento Empresarial do Concelho da Mealhada é um trabalho muito importante para o Concelho, e que por essa razão tem que ser um trabalho exaustivo e muito bem feito. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que os Vereadores do PSD estão de acordo com a ideia. No entanto, acrescentou que a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com a ACIM e que previamente à apreciação das anteriores propostas, houve o cuidado de solicitar mais elementos à ACIM, pelo que talvez fosse de seguir igual critério. -----  
-----

A Senhora Vice-Presidente frisou a importância e a necessidade que cada vez mais se faz sentir, de se possuir uma base de dados actualizada e pormenorizada, donde conste este tipo de informação. Disse que o levantamento que existia foi feito pelo GTL, estando já muito desactualizado, mas que a informação que a Câmara dispunha foi disponibilizada à ACIM, a qual, segundo informação que disse ter, dispõe de pessoas no terreno a efectuarem inquéritos e o levantamento das empresas. Acrescentou que se trata de um trabalho que é necessário a todos e que em alternativa à contratação de serviços externos para realização deste trabalho, se optou por contratualizar com a ACIM que é uma associação que tem precisamente esse objectivo. -----  
-----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio à ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mealhada, no valor de 17.500,00€.* -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.* -----

## **10. REGISTO DE PAGAMENTOS.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados de 01 a 30 de Novembro de 2007, no valor global de 1.113.831,17€.* -----

## **11. BANCADA LATERAL E BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL DE PAMPILHOSA.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e proceder à abertura de Concurso Público para adjudicação da obra mencionada em epígrafe, com o preço base de 400.000,00 € e o prazo de execução de 270 dias.* -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.* -----

## **12. PASSAGEM SUPERIOR À LINHA DA BEIRA ALTA (RAMAL DA FIGUEIRA DA FOZ) – TRABALHOS A MAIS - INFORMAÇÃO.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 22/11/2007, que aprovou a realização de trabalhos a mais, na obra mencionada em epígrafe, no valor de 27.800,00€, de acordo com a informação n.º 28/07, de 19/11/2007, do Fiscal da Obra, que mereceu a concordância do Chefe da Divisão de Obras Municipais, nessa mesma data.-----*

### **13. PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL DE BARRÔ - INFORMAÇÃO.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação de 19/11/2007, do Técnico Urbanística, que mereceu a concordância da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, que a seguir se transcreve, devendo ser comunicado ao interessado a não aceitação da sua pretensão, com a fundamentação constante do relatório, devendo ainda divulgar-se através da comunicação social e Internet os resultados da discussão pública, e proceder-se à elaboração da versão final da proposta de plano para aprovação:*  
-----

*INFORMAÇÃO:* -----

*O período de Discussão Pública da proposta de Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Barrô decorreu entre o dia 7 de Agosto de 2007 e o dia 7 de Setembro de 2007. Durante este período foi entregue uma exposição/reclamação. -----*

*Foi solicitado ao gabinete responsável pela elaboração do plano - Vasco da Cunha, Arquitectura e Urbanismo, Lda – a análise da exposição apresentada. Veio o gabinete fazer a entrega do Relatório de Ponderação relativo ao Período de Discussão Pública. No que concerne à exposição apresentada o gabinete sugere que apenas seja considerada a proposta de identificação do proprietário da parcela n.º 24 da planta cadastral. Quanto à proposta de alteração da área da parcela n.º 24, o gabinete pensa que a mesma não deve ser considerada nesta fase, devendo apenas esta hipótese ser considerada em sede de execução do plano e fazendo-se prova da necessidade de rectificação da área da parcela com recurso à certidão da Conservatória do Registo Predial. -----*

*Nos termos do n.º 5 do artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, submete-se à apreciação da Câmara Municipal o Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública. -----*

*Em caso de concordância com conteúdo do referido relatório, deverá ser comunicado por escrito ao interessado, a não aceitação da pretensão apresentada e a devida justificação que consta no relatório e divulgar através da comunicação social e Internet os resultados do período de Discussão Pública. -----*

*Deverá a Câmara Municipal, ainda, mandar elaborar a versão final da proposta de plano para aprovação.*

*Nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial, “São obrigatoriamente públicas todas as reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer categoria de instrumento de planeamento territorial”. -----*

*À consideração superior. -----*

*Mealhada, 19 de Novembro de 2007 -----*

*O Técnico Urbanista -----*

### **13. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----**

*A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos, por despachos do Senhor Vereador Calhoa Morais, proferidos de 22 de Novembro a 05 de Dezembro de 2007, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006. -----*

### **PROCESSO DE OBRAS N.º 07/2006/395 – PINGO DOCE, DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, S.A. -----**

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com base na informação técnica da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, de 03/12/2007, manter a deliberação anteriormente aprovada na reunião de 11/01/2007, nos termos da qual foi emitido parecer favorável condicionado à localização do estabelecimento de comércio a retalho (venda de produtos alimentares e de consumo). -----*

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----*

### **PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2003/253 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. - -----**



*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no que respeita à questão do estacionamento, que é referida no ponto 1.3 da informação técnica de 16/10/2007, e na informação de 13/11/2007, considerar cumpridas as exigências mínimas de estacionamento previstas no P.D.M., uma vez que existem mais de 500 lugares de estacionamento num raio de 300 metros. Deliberou ainda, também por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura. -----*

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----*

----- E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 20 horas. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, *Cristina Maria Simões Olívia*, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.